

DANIELE ELLERY MOURÃO
LEA CARVALHO RODRIGUES

Trânsitos identitários: a formação de nacionalidades em Cabo Verde e Guiné-Bissau

Trata-se de uma reflexão sobre as tensões e controvérsias acerca dos princípios norteadores da idéia de nação, a partir da comparação entre os processos de formação de nacionalidades em dois países do continente africano, Cabo Verde e Guiné-Bissau. O artigo aborda a forma diversa como ambos os países travam embates em torno dos elementos que marcam, ou que se julga devem marcar, as suas nacionalidades em formação, sobretudo no período pós-colonial; ou, dito de outra maneira, desde as guerras de independência, na década de 1970, até os dias atuais.

Daniele Ellery Mourão: Mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Lea Carvalho Rodrigues: Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e coordenadora do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas, ambos da UFC.



This is a reflection about the tensions and controversies on the founding principles of the idea of nation, through a comparison between the processes of nationalities formation in two countries of the African continent, Cape Verde and Guine-Bissau. The article focus on the diverse forms which both nations duel with the elements that stand, or at least they argue to stand, their developing nationalities, mostly in the post colonial period, or, said in a different way, since the independence wars that occurred in the 70's until today.

1 INTRODUÇÃO

Um dos fenômenos mais expressivos da produção intelectual contemporânea sobre o tema da identidade nacional¹ é o deslocamento da visão eurocêntrica, que marca as abordagens clássicas sobre esta temática, para uma perspectiva crítica aos pressupostos unilaterais, generalizantes e homogeneizantes presentes naquelas formulações.

Este deslocamento encontra-se de forma seminal, na obra de Edward Said, quando perscruta e localiza, no que ele denomina de orientalismo moderno – a idéia que o Ocidente faz do Oriente – as bases conceituais erigidas a partir dos cânones iluministas do século XVIII. Para o autor, as estruturas intelectuais e institucionais específicas do orientalismo moderno dependem dessas correntes e de alguns elementos nelas presentes: expansão, confronto histórico, solidariedade e classificação (Said, 1990:129).

O fato da obra de Said ter sua primeira edição em 1978 – quando os últimos impérios coloniais se desfaziam² – e sua crescente aceitação nos meios acadêmicos dos países ocidentais,³ talvez reflita o estado de perturbação e desalento, ao mesmo tempo de fragilidade e incertezas, experimentado pelas ex-metrópoles; e, de outra forma, vivido por aqueles que, a partir de então, se viram diante da necessidade de construir um caminho próprio num mundo denominado de pós-colonial.

O antropólogo português Vale de Almeida (2007) localiza a emergência dos estudos pós-coloniais na crítica literária e nos estudos culturais: questionamento aos saberes coloniais e busca de uma narrativa própria pela intelectualidade das ex-colônias, bem como de boa parte dos estudiosos das ex-metrópoles, em especial a Inglaterra. No primeiro caso, o autor indica como elemento importante o fluxo de intelectuais das colônias para as metrópoles, aos quais ele denomina de “acadêmicos

da diáspora”, impulsionados pelos movimentos de negritude e pelo pan-africanismo. No segundo caso, trata-se de um novo interesse de estudo dos intelectuais ocidentais, sobretudo europeus, em razão do crescimento constante da população de imigrantes provenientes das ex-colônias.

Sem o intuito de buscar uma relação de causa e efeito, mas sim de apontar tendências que passaram a dominar o campo intelectual na reflexão sobre o pós-colonial, com presumíveis embates com as consolidadas teorias sobre nacionalidades e nacionalismos, chamamos a atenção para a crescente importância, nas últimas décadas, do pensamento produzido por autores originários de ex-colônias. Autores que tecem suas interpretações sobre o tema, questionando os pressupostos universais do conceito de nação. Como afirma Appiah (1997:85); “no intento de desconstruir a idéia homogênea de África, apresentando-a como uma invenção em bases ocidentais, da mesma forma que fizera Said com respeito ao Oriente”, a literatura africana, como a de todo o mundo, remete de alguma forma a questões acerca da nacionalidade, reproduzindo as teorias modernas sobre a nação. Isto porque, também em toda parte, os intelectuais são convocados ou se apresentam voluntariamente a participar da “luta pela articulação de suas respectivas nações”, tendo o campo da linguagem e da literatura como foco privilegiado.

É, portanto, de uma perspectiva crítica aos modelos universais de base euro-ocidental, com uma postura de recusa à submissão ao que Lander (2003:13)⁴ aponta como “eficácia naturalizadora” dos saberes eurocêntricos, que nos propomos neste artigo a refletir acerca das tensões criadas em torno das formulações do chamado “processo de formação de nações”, a partir da abordagem comparativa entre duas experiências distintas, mas articuladas, de construção de nacionalidades e afirmação de identidades nacionais: Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Na abordagem intelectual que vê a nação como um modelo

universal, entendemos que um dos maiores complicadores à apreensão do “processo de formação de nações” é o lidar com a extrema diversidade interna às fronteiras nacionais (erigidas por forças locais ou por imposições externas). Da leitura clássica sobre o tema, é claro o fato de que a diversidade étnica torna-se um dos grandes obstáculos, senão o maior, à apreensão, a partir desse modelo, de processos e entidades históricas tão variadas sob um mesmo conceito. O resultado, tal como no mito de Procusto, é a tendência a se excluir aquilo que não se adequa ao modelo, considerando-o como exceção; ou, de outro modo, considerá-lo como parte de um processo inacabado, em formação, ou seja, que repõe no plano político as premissas evolucionistas que marcaram o pensamento iluminista.

Neste sentido, os caminhos que se delinearam na construção da pesquisa de Ellery Mourão (2006), cujos dados instigaram a formulação deste artigo, levam a uma reflexão sobre o processo de construção de nacionalidades e identidades nacionais em dois países que expressam, no campo teórico, duas situações que expõem com clareza as tensões e controvérsias nas concepções sobre nação e Estado-nação; bem como sobre nacionalismo e etnicidade.

2 MODELOS UNIVERSAIS, EXPERIÊNCIAS PARTICULARES

Tomamos como pressuposto teórico que toda afirmação de identidade nacional é situada histórica e estrategicamente, dependendo da situação vivida pelos indivíduos. Nesse sentido, também, consideramos que o conceito de nação é marcado historicamente por idéias sintetizadoras.

Soberania, progresso, democracia, território, língua, raça, etnia, religião são conceitos e categorias que deram suporte teórico para diferentes formulações acerca da idéia de nação.

Das definições que privilegiaram o Estado, com especial ênfase ao território, às fronteiras políticas e militares, àquelas que deram um lugar central aos sentimentos e elementos simbólicos acionados na construção do pertencimento (Renan, 1997; Anderson, 2008) há um vasto campo de discussões. Mas, em que pesem as divergências, entre boa parte dos teóricos do nacionalismo moderno é consensual a idéia segundo a qual a nação foi uma criação da modernidade, um resultado histórico com razões profundas: as glórias das nações que a inventaram (Renan, 1997).

Gellner (1993) deteve-se bastante sobre esse tema e em sua definição de nação atribui grande importância aos sentimentos que membros de uma dada região, que falam a mesma língua, têm ao partilhar de uma mesma cultura. As palavras-chave desse pensamento são “vontade e consenso”, mas com a ressalva de que tanto a definição cultural (pertencimento) como a voluntarista não chegam a ser suficientes para uma nação ser concebida. Para o autor, a nação forma-se na ruptura da sociedade agrária para a industrial, quando ocorre uma mudança política. Esta mudança constitui-se como sentimento nacional, assentada nos ideais democráticos, na referência a um espírito de igualdade perante a lei, estabelecida esta pelo Estado. Nesse sentido, concorda com Hobsbawm (2000), Mauss (1972), Renan, e embora estes não abordem nacionalismo e sentimento nacional da mesma forma, trazem no cerne das suas concepções sobre a idéia de nação o reconhecimento mútuo de que para a existência da nação é necessário um sentimento (coletivo) de igualdade, de direitos e de deveres em relação a um poder central: o Estado. O pressuposto básico desta visão eurocêntrica é o de que só seria possível o reconhecimento da nação onde existirem as condições necessárias, especificamente modernas: burocracia estatal, capitalismo, secularização e democracia.

Assim, partilhamos a concepção segundo a qual o ideal do

Estado-nação forjado no Ocidente é fruto do processo histórico vivido pela Europa, sobretudo entre os séculos XVIII e XIX, e que, no plano intelectual, está alicerçado pelas idéias iluministas e universalistas que sustentaram o projeto da modernidade: racionalidade, emancipação, integração social e evolução, com base em uma visão linear da humanidade. Esse pensamento foi amplamente difundido pelas Ciências Biológicas e Humanas, com pretensão à mesma totalidade e unidade que orientavam o movimento de construção das nações modernas, legitimando a dominação de um modo de vida sobre os demais, especialmente em razão do anseio europeu de conquistas de novos territórios. O princípio dessa forma de dominação era conhecer para controlar, sob o argumento de levar o conhecimento moderno até outras sociedades.

Em consonância com a visão de ser necessária uma reflexão crítica sobre os conceitos criados nos centros hegemônicos de produção do conhecimento, Said (1990) argumenta que a Europa, sustentada pelos pressupostos de racionalidade e cientificidade, produziu uma auto-afirmação de superioridade que levou ao encobrimento das diferenças e à homogeneização das culturas outras, que não as européias, criando, assim, um sistema de idéias sobre o Oriente. O autor analisa um vasto material documental e literário para mostrar como o Ocidente classificou, “orientalizou” e unificou o Oriente, justificando, desse modo, a dominação colonial. Conforme argumenta, esta foi a maneira do Ocidente apresentar o Oriente para o próprio oriental: um corpo de teoria e prática de grande investimento material, criado para filtrar o Oriente para a consciência ocidental, fazendo com que os próprios orientais se reconhecessem no Orientalismo e legitimassem o Ocidente.

E com a imposição do modelo político do Estado-nação para todas as sociedades, as formulações teóricas eurocêntricas geraram muitas controvérsias em torno das idéias de nação, revelando a expressão da sua própria fragilidade conceitual

quando pretenderam a generalização. Quando Mauss afirmou estar a existência da nação moderna condicionada à superação dos estágios de “tirania e oligarquia”, os quais ele definiu como formas primitivas de Estado – domínios feudais, reinos, tribos e clãs –, reafirmava a necessidade de abolir toda segmentação em nome de um Estado unificado. Entretanto, no referente aos tribalismos, como resalta Carneiro da Cunha (1986), no período colonial, a etnicidade, mesmo sendo considerada um entrave à formação da nação moderna, se exacerba nas cidades modernas africanas, constatando a coexistência do tradicional e do moderno, ao contrário do suposto por Mauss. O mundo segmentado que Mauss acreditava caminhar em direção à homogeneidade não só persistiu em sua fragmentação como radicalizou a forma como indivíduos de diferentes etnias – com costumes, línguas, práticas religiosas e valores diferentes – coexistem, lado a lado, no mesmo espaço físico, dentro do mesmo Estado-nação.

Em sua análise acerca dos conflitos étnicos no sul da Índia, Stanley Tambiah (1997) pede um refinamento das concepções elaboradas por Benedict Anderson e Partha Chatterjee (2000) sobre a emergência dos nacionalismos nas colônias e no Terceiro Mundo – que para ele sugerem uma reação passiva ao impacto europeu – de forma que se entendam os princípios políticos da etnicidade como uma resposta coletiva aos dogmas nacionalistas do Estado-nação e às políticas centralizadoras e homogeneizadoras do Estado nacional. E isto porque, segundo Tambiah(1997:4):

[...] Existe a possibilidade de se incorrer em uma falácia fundamental quando se tenta impor uma construção histórica, como o Estado-nação, realizada em um território distinto, a um mundo dependente, como se sua concretização fosse uma etapa necessária de uma História Universal, do progresso e da evolução sociocultural. Essa suposição, derivada de premissas iluministas, talvez alcance um *status* quase hegemônico nos assuntos mundiais (embora tenha sido questionada e contestada na própria Europa).

Além do mais, realizadas que foram por diferentes colonizadores, com sistemas de valores e crenças variados, as formas de ocupação colonial foram distintas nos diversos países do continente africano. Também as populações nativas que tiveram suas terras invadidas eram distintas antes da chegada dos europeus ao continente, com uma vasta configuração étnico-cultural. Portanto, segundo Appiah, para compreender a variedade das tradições culturais na África Contemporânea é preciso, antes de tudo, olhar para as culturas pré-coloniais e para as diferentes experiências coloniais que estas vivenciaram, pois as diferentes formas de colonização tiveram visível importância na configuração das diversidades no continente.

Nos casos aqui abordados – Cabo Verde e Guiné-Bissau –, a nosso ver, a construção do Estado-nação e a formação das nacionalidades foram atravessadas pelas concepções ocidentais acerca da questão nacional; por idéias e valores que iluminaram os ideais nacionalistas da modernidade; e, principalmente, como sugere Appiah, por questões “tradicionais e culturais endógenas”, específicas de cada povo, que jamais poderão ser negligenciadas durante a reflexão. Ainda como resalta o autor, mesmo políticas coloniais idênticas, igualmente implementadas sobre “materiais culturais” diferentes, produziram resultados totalmente variados.

3 IDENTIDADES E NACIONALIDADES EM CABO VERDE E GUINÉ-BISSAU

Com base nos dados da pesquisa de Ellery Mourão é possível afirmar que guineenses e cabo-verdianos têm sua história intrincada pelo processo de colonização, pelas lutas por independência e pelos processos de construção do Estado-nação. Portanto não podemos falar de um país sem a referência ao outro. Contudo, vale salientar, trata-se de identidades que foram sendo construídas ora em oposição, ora em relação.

Há uma recorrência nos relatos dos sujeitos cabo-verdianos entrevistados, embora de duas gerações diferentes. Um discurso que enfatiza símbolos identitários como construtores da cabo-verdianidade é acionado, privilegiando a forma de colonização portuguesa em Cabo Verde e as elites cabo-verdianas como fundamentais para a compreensão da construção da identidade nacional no início do século XX, indicando que essas referências e distinções raciais geraram uma multiplicidade de formas identitárias. Segundo eles afirmam, a forma de ocupação e as estratégias usadas pelos portugueses, no período colonial, distanciaram os cabo-verdianos das suas “raízes africanas” e os aproximaram mais da cultura europeia, levando-os a questionarem-se sobre se são africanos, atlânticos, europeus ou uma mistura de todos esses atributos. Isto apontou para o fator segregacionista das ilhas como realizador de um corte profundo entre os africanos escravizados levados para Cabo Verde e o continente; uma cisão com os laços de parentesco, étnicos, culturais, lingüísticos e religiosos. Em total convivência com os portugueses, em sua maioria colonos esquecidos pela coroa portuguesa nas ilhas em virtude das dificuldades climáticas dadas pelas secas seguidas, os escravos trazidos para Cabo Verde ressignificaram⁵ suas tradições culturais e suas identidades. Nesse sentido, ressaltamos a importância do trabalho de Correa e Silva (2004:31) quando diz ser a cabo-verdianidade fruto da “consciência da criouldade, de uma identidade formada pela mistura, algo totalmente novo: não mais se sentirem portugueses e africanos nascidos fora de seus países, mas cabo-verdianos”.

Cabo Verde foi povoado durante o processo de colonização. Suas ilhas eram inabitadas até a chegada dos portugueses, no século XV.⁶ Formado por um conjunto de dez ilhas, o arquipélago, durante o período colonial, recebeu influências de diversas metrópoles coloniais, assim como de outros povos do continente africano – principalmente guineenses, pela proximida-

de geográfica em relação às ilhas cabo-verdianas – que foram trazidos como escravos pelos portugueses para de lá serem transportados para diversos países da Europa e para as Américas. Por ser um estratégico entreposto comercial de escravos, localizado entre o continente africano e a Europa, as ilhas de Cabo Verde eram ponto de passagem para muitos outros países colonizadores da África. Isto fez com que viesse a ter uma configuração populacional bastante diversificada. Segundo o autor cabo-verdiano Correa e Silva (2004:19), a Ribeira Grande, primeira cidade construída no país, hoje denominada Cidade Velha, constitui-se provavelmente na primeira cidade concebida para e pelo tráfico de escravos africanos; no início em direção à Península Ibérica, depois rumo às Américas, ressaltando que “[...] não há em toda a História da Humanidade nenhum fluxo de transferência forçada de população que se lhe compara, quer em intensidade, quer na duração ou ainda em consequências para a configuração do mundo moderno”.

Com o tráfico negreiro e a fixação de guineenses e portugueses nas ilhas houve um grande processo de miscigenação. Os indivíduos nascidos em Cabo Verde passam a ser identificados como cabo-verdianos pelos portugueses e a ter uma identidade reconhecida pela coroa; já os guineenses continuavam sendo identificados como indígenas, juntamente com outros africanos vindos do continente. Essas distinções foram estabelecidas como forma de diferenciar positiva e estrategicamente os cabo-verdianos – usados pela coroa para ajudar na colonização da “África Portuguesa” como capatazes e administradores –, em detrimento dos guineenses, moçambicanos e angolanos que, independente de suas etnias, eram todos classificados como indígenas.

No relato de Vera Cabral, guineense formada em direito pela USP e sobrinha de Amílcar Cabral, um dos mais proeminentes líderes africanos, há a afirmação de que os cabo-verdianos não eram considerados iguais aos portugueses, mas que “depois

dos portugueses vinham eles”, eram classificados como “brancos da terra”, “brancos de segunda” ou “pretos de primeira” (Ellery Mourão, 2006:97). Ressalte-se ainda que, a partir desse processo de categorização pela cor, foram estabelecidas diversas hierarquias raciais em Cabo Verde, sendo classificados dezessete tipos de mestiços, do mais preto ao mais branco.

Em seu depoimento, Vera relaciona esse processo de categorização às tentativas de homogeneização das etnias na Guiné-Bissau, tomando a Partilha da África⁷ como ponto de partida para sua interpretação. Segundo ela, os portugueses não faziam diferenciações entre as diversas etnias existentes em Guiné-Bissau, classificando todos os guineenses indiscriminadamente como indígenas e os cabo-verdianos como diferentes daqueles. E, mostra um exemplo dessas distinções, relatando o que ocorria em Guiné-Bissau nesse período:

O que se fez, e se fez muito bem, foi dividir pra melhor governar, [...] “dividindo, não vão ter oportunidade de se unir porque, se eu disser que o cabo-verdiano é melhor, e tratar o guineense como indígena.” [...] Esta era a forma que o colonizador tratava o guineense na época da colonização. Olha o que eles faziam: quem morava, por exemplo, fora do aeroporto, a partir do aeroporto pra baixo, pra entrar em Bissau, você tinha que ter uma autorização para mostrar ao chefe do posto. Se os administradores do posto descobrissem que você tinha vindo pra Bissau sem essa autorização, além de ser torturado, porque pegavam a pessoa e batiam nela, era o castigo, depois era mandado de volta. Ninguém podia vir pra Bissau ou sair sem um papel. Se dissessem que eu tinha autorização pra ir até Bulama, por exemplo, passar cinco dias, eu não podia ficar mais do que cinco dias. Se eu passasse de cinco dias, já estava ameaçada de ser castigada, que eram os maus tratos e o retorno ao local de origem. O que não acontecia com os cabo-verdianos, eles eram tratados não iguais aos portugueses, mas depois dos portugueses vinham os cabo-verdianos (Ellery Mourão, 2006:97).

Outra forma de diferenciação foi a escolarização. No período colonial, a sede do bispado de Cabo Verde e Guiné-Bissau se situava em Cabo Verde e à Igreja Católica foi imposta a tarefa de educar os cabo-verdianos e os indígenas. Contudo aos cabo-verdianos foi dada uma escolaridade bem mais elevada que aos guineenses de forma que desse pro-

cesso emerge uma elite letrada em Cabo Verde, a qual passa a se considerar superior.

Em seu trabalho sobre a formação do Estado-nação em Cabo Verde, Hernandez (2001), cientista social brasileira, diz que lá foi criado um espaço administrativo onde funcionavam escolas, embora precárias, fornecendo mão-de-obra qualificada para as demais colônias portuguesas do continente africano. Conforme Hernandez (2001:102), a educação formal possibilitou ainda a formação de funcionários cabo-verdianos preparados para preencher postos de segundo escalão no funcionalismo público de outras colônias portuguesas, em particular na Guiné-Bissau, onde “entre 1920 e 1940 cerca de 70% dos oficiais da administração pública são cabo-verdianos ou seus descendentes”.

Já no próprio arquipélago eram poucos os cabo-verdianos que ocupavam postos na administração pública. Estes eram reservados aos portugueses, mas tal quadro se alteraria a partir de 1960. Muitos são os fatores considerados favoráveis pela autora para que o colonizador escolhesse os cabo-verdianos. Entre eles, a “barreira epidemiológica” que dificultava o acesso dos portugueses a Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, onde proliferavam doenças como paludismo e febre amarela, causadas por picadas de mosquitos presentes nas regiões de mata úmida, o que não ocorria em Cabo Verde por causa do clima seco.

Outro fator relevante foi uma forte política de assimilação resultante na negação da diversidade étnico-cultural e lingüística em Cabo Verde. Mesmo com a permanência de negros africanos de diferentes etnias nas ilhas cabo-verdianas – despoçadas antes da chegada do europeu –, o intenso processo de miscigenação aliado às práticas coloniais favoreceu a quebra dos laços étnicos de parentesco. Diferentemente de Guiné-Bissau, em Cabo Verde não há divisões étnicas e os nativos se afirmam como cabo-verdianos. Apesar da língua oficial ser o português, a língua ensinada em casa e falada na rua é o cri-

oulo cabo-verdiano (língua materna), com algumas diferenças de sotaque de uma ilha para outra.

Para Hernandez, esses fatores contribuíram para a formação de indivíduos aptos e ideologicamente confiáveis, e, por isso mesmo, foram eles os escolhidos pela Metrópole como elo de transmissão da administração colonial, criando em Angola, Moçambique e, em particular, na Guiné Portuguesa, animosidades por parte dos nativos para com os cabo-verdianos, que, muitas vezes, se identificavam mais como “atlânticos” do que como “africanos”.

A independência e formação do Estado em Cabo Verde e Guiné-Bissau inseriam-se numa teia de interesses mútuos que ora convergiam, de forma estratégica, unindo os países em torno dos mesmos interesses, como nas lutas conjuntas pela independência; ora divergiam, envolvendo disputas por prestígio e poder. Essas disputas foram incitadas, em grande parte, pela coroa portuguesa e sua política de colonização distinta nos dois países, favorecendo a tensão e posteriormente a cisão definitiva entre Guiné-Bissau e Cabo Verde; países que um dia tiveram o mesmo hino, o mesmo partido político (PAIGC) e praticamente a mesma bandeira.

Amílcar Cabral, herói nacional tanto de guineenses como de cabo-verdianos, é um retrato dessa proximidade e dos trânsitos identitários entre os dois países. Nasceu em Guiné-Bissau, filho de pais cabo-verdianos, metaforicamente falando, fruto da união de portugueses e guineenses. No plano simbólico e prático, ninguém mais apto para assumir uma luta conjunta de libertação nacional nessas duas nações, por atuar como elemento de ligação entre elas.

4 ENTRE CABO VERDE E GUINÉ-BISSAU: TRÂNSITOS IDENTITÁRIOS

Segundo Vale de Almeida (2004b), em meados do século XX, na pretensão de refletir sobre o “homem cabo-verdiano”,

muitos intelectuais cabo-verdianos juntamente com intelectuais metropolitanos liderados por Almerindo Lessa, médico português, discutiam a questão racial. Eles questionavam a possibilidade de a bioquímica poder explicar a história e a cultura cabo-verdianas. Um dos tópicos mais importantes das suas reflexões era indagar sobre a qualificação dos mestiços em “degenerativos, superantes ou de adaptação” (Vale de Almeida, 2004b: 256). Tinham ainda como propósito determinar a percentagem de sangue negro e de sangue branco nos cabo-verdianos para assim classificar os mestiços.

Havia na época um movimento conhecido como Movimento Claridoso, liderado pelo intelectual Baltasar Lopes, com o propósito de exaltar a “diluição” da África em Cabo Verde, que via a mestiçagem como positiva, priorizando a ideologia da assimilação como fator fundante na construção da identidade nacional cabo-verdiana. Ser mestiço tinha valor em razão do componente branco da mistura.

No Brasil, de outra forma, foi afirmada a supremacia da “raça branca” em detrimento da “raça negra”, especialmente no trabalho de Nina Rodrigues, com uma abordagem negativa sobre a mestiçagem.⁸ Numa perspectiva oposta à de Nina Rodrigues é que Gilberto Freyre (2000) levou à afirmação de uma democracia racial, exaltando a mestiçagem como fator positivo da formação do povo brasileiro. Freyre privilegiou ainda a noção de assimilação quando tratou o português como detentor de grande plasticidade e a miscigenação como um produto prazeroso da integração entre os indígenas nativos, os negros escravos e os portugueses invasores. Este pensamento, ao mesmo tempo, supõe a passividade dos dominados e oculta a violência quando considera os brasileiros um povo que se identifica com as três raças, todas elas merecedoras de exaltação. A esse respeito, como diz Roberto da Matta (1981), a mestiçagem foi concebida como elemento unificador e apaziguador do sistema social, político e econômico brasileiro, pois pretendia

a manutenção das elites locais no poder e a conformação social, evitando possíveis conflitos. Visava romper com o modelo anterior de organização política, mas, na prática, reafirmava o espírito hierarquizante das sociedades imperiais.

Para Vale de Almeida, o afastamento das raízes africanas, em Cabo Verde, é influenciado pela intelectualidade portuguesa, que se valeu de analogias com o caso brasileiro para pensar Cabo Verde. Quanto a este ponto, consideramos ser menos uma questão de analogia e mais uma possível transposição da matriz ideológica freyriana para explicar o caso cabo-verdiano (Ellery Mourão, 2006).

Paralelamente à visão eurocêntrica predominante, sobretudo ainda no início do século XX, houve também a vertente de intelectuais cabo-verdianos voltados para as lutas de libertação nacional e preocupados com o reconhecimento da parcela de identificação com o continente que lhes foi negada.

O que pretendemos ressaltar é que ao longo desta busca de construção da cabo-verdianidade foram articuladas várias identidades e formas de identificação. Portanto trata-se menos de identidade ambígua e sim de identidades cabo-verdianas multifacetadas, estratégicas e situacionais, em conformidade com a proposição de Carneiro da Cunha (1986) ao considerar o colonialismo na referência ao contexto situacional no qual as identidades se articulam, se afirmam, se distinguem e também se relacionam.

A língua materna em Cabo Verde é o crioulo, a princípio constituída como forma de comunicação entre as várias etnias vindas do continente e o colonizador. Ao longo do tempo ela se fixou em Cabo Verde, tornando-se língua materna no país, mesmo com a imposição do português como língua oficial. No período pós-colonial, o crioulo cabo-verdiano passou a ser um dos grandes referenciais de nação e de identidade, como fruto desse processo de hibridização e marca da singularidade do ser cabo-verdiano. Segundo Correa e Silva

(2004), uma identidade que não é apenas a soma das diferenças em contato, mas algo novo e específico, considerado como marca identitária em Cabo Verde, podendo ser analisado como uma forma de ressignificação e não somente uma maneira de se moldar a língua à maneira do colonizador.

Na mesma perspectiva, Vale de Almeida (2004a) tratou o diferencial cabo-verdiano como uma transformação do “processo de criouliização” – na referência aos escravos nascidos nas colônias, fruto de miscigenação entre nativos de diversos países e colonizadores – em “projeto de criouliidade” – a própria consciência da cabo-verdianidade que desponta como algo novo.

Se para os cabo-verdianos as tensões identitárias eram referidas a uma perda da identidade africana, para os originários da Guiné-Bissau as questões se apresentaram como de outra ordem. Os entrevistados guineenses chamaram a atenção para a diversidade étnica como ponto principal a ser observado quando se trata da identidade guineense e também para as distinções entre guineenses e cabo-verdianos estabelecidas pelos portugueses, ainda no período colonial, o que acabou por colocar estes indivíduos, muitas vezes, em situação de conflito. Hoje, persiste uma afirmação dessas distinções entre guineenses que se identificam etnicamente e crioulos guineenses, descendentes de cabo-verdianos, que não pertencem exclusivamente a uma etnia. Segundo os entrevistados, no relacionado às questões étnicas o que ocorre hoje na Guiné-Bissau é um processo denominado de “etnização da política” iniciado no período pós-independência, em razão da formação de solidariedades políticas pautadas na questão racial, com forte substrato biológico no estabelecimento de diferenciações hierárquicas entre as etnias. A gestão dos conflitos étnicos no interior da política guineense, conflitos que acabam por envolver toda a população, é assim a questão mais contundente para o país na atualidade.

TRÂNSITOS IDENTITÁRIOS: A FORMAÇÃO DE NACIONALIDADES EM CABO VERDE E GUINÉ-BISSAU

A Guiné-Bissau, atualmente, é composta tanto por guineenses pertencentes a várias etnias e crioulos guineenses, como por senegaleses, árabes, nigerianos, libaneses, mauritanos e liberianos. Enfim, não somente por uma vasta diversidade étnica, mas também por uma grande diversidade de identidades nacionais e lingüísticas resultantes do experimento iluminista que fomentou a criação de nações e nacionalismos, construindo fronteiras e depois as deslocando à vontade, em conformidade com acordos e interesses imperialistas variados, resultando em uma composição cultural de muita heterogeneidade e palco de tensões étnicas que ao Ocidente se apresentam como aleatórias, injustificáveis e irracionais (Gertz, 2000; Tambiah, 1997).

Por um lado, estudantes cabo-verdianos criticaram em seus depoimentos a existência de um neocolonialismo em Cabo Verde; guineenses, por outro lado, reclamaram a necessidade massiva de capital internacional para a viabilização da economia do país (Ellery Mourão, 2006). Ambos se referiram à invasão de lógicas e valores ocidentais, pela força da colonização e, mais recentemente, pelos efeitos da chamada globalização, porquanto nesse processo se desconsideram as diferenças culturais. Isso, por sua vez, evidencia que o significado do Estado-nação e da democracia, conceitos modernos ocidentais, não pode ser apreendido de forma homogênea.

De uma perspectiva ocidental, a diversidade cultural e a pluralidade étnica tendem a ser vistas como empecilhos ao futuro dessas nações em detrimento da crítica à imposição e sujeição dessas sociedades ao modelo do Estado-nação ocidental e à economia capitalista.

Para uma reflexão sobre a construção do Estado-nação e da identidade nacional em Guiné-Bissau, portanto, é imprescindível considerar as divisões étnicas na Guiné-Bissau, as “tradições culturais endógenas” a que se refere Appiah (1997), e, ao mesmo tempo, as distinções estabelecidas entre guineen-

ses e cabo-verdianos: indivíduos de nações distintas que num determinado período histórico, como estratégia para a obtenção da independência de Portugal, tiveram um projeto de “Estado binacional”.

Há ainda de se questionar uma idéia homogênea de África, concebida para negar as particularidades, não só em Guiné-Bissau, mas em todo esse grande continente. Entender as particularidades desses processos torna-se bastante instigante num momento em que vários autores como Akhil Gupta, Edward Said, Homi Bhabha, Kwame Appiah, Partha Chatterjee, Stanley Tambiah, Stuart Hall, Valentin Y. Mudimbe, Fafali Kouidwo, entre outros, abordam essas questões de outra perspectiva, não ocidental, desconstruindo, desnaturalizando e descentralizando o nosso olhar das reflexões realizadas por intelectuais ocidentais.

Na afirmação de Vale de Almeida, os cabo-verdianos, especialmente as elites locais, se encontravam numa situação *in-between*; oficialmente não eram considerados indígenas, mas sim cidadãos portugueses, ao contrário de angolanos, moçambicanos e guineenses. Ao longo da história da colonização de Guiné-Bissau e Cabo Verde, neste último país ocorre “uma deslocação da fronteira entre os filhos da terra desapossados e os brancos da terra proprietários, para uma fronteira opondo *brancos da terra a brancos metropolitanos*, ‘cabo-verdianos’ (‘civilizados’) a ‘africanos’ (‘indígenas’), colonizadores e colonizados” (Vale de Almeida, 2006:10).

Assim, a questão da formação das nacionalidades em Guiné-Bissau, diferentemente do ocorrido em Cabo Verde, choca-se o tempo todo com a afirmação de suas identidades específicas como macanhe, balantas, fulas, mandingas, felupes, manjacos, bijagós e outros grupos étnicos menores. De certa forma, o drama pós-colonial vivido pelos guineenses de diversas etnias, bem como pelos crioulos, está no fato de terem sido impedidos de afirmar essas identidades perante os portu-

gueses antes da independência. Restou-lhes apenas a alternativa de se reconhecerem como distintos de Portugal e se unirem no momento da luta de libertação nacional e formação do Estado-nação. Mas se assim o fizeram, foi também porque não havia mais a possibilidade política de retornarem ao que haviam sido no passado.

Na pós-independência outro drama se instalaria para os indivíduos das “novas sociedades” como a Guiné-Bissau: a necessidade de desenvolver formas de união em países de constituição multiétnica e a adoção de modelos ocidentais, como o do Estado-nação, por uma questão de sobrevivência num mundo que não lhes oferecia muitas alternativas de serem diferentes.

Depoimentos de estudantes guineenses questionam a adoção dos modelos ocidentais na Guiné-Bissau (Ellery Mourão, 2006) por não terem observado as diferenças culturais e de organização social entre países da África e do Ocidente, situação a se agravar cada vez mais em tempos de globalização, acarretando a eclosão de conflitos no interior dessas “novas sociedades” africanas.

A este respeito, como Tambiah (1997) afirma, se levarmos em conta que muitos teóricos ocidentais e líderes políticos e intelectuais do Terceiro Mundo têm defendido a idéia do Estado-nação como modelo sobre o qual se deve edificar a modernização e o desenvolvimento econômico, é importante atentarmos para duas coisas. Primeiro, não se pode esquecer que a concepção européia do Estado-nação foi resultado histórico de acontecimentos específicos da Europa, como tensões sociais internas, revoluções e guerras separatistas entre Estados. O segundo ponto a considerar é que a falta de governabilidade e desenvolvimento econômico em outros países não pode ser resolvida valendo-se do Estado-nação como uma fórmula para solucionar esses problemas. Portanto, para Tambiah, os teóricos e líderes políticos ocidentais e intelectuais do Terceiro Mundo

podem incorrer num erro fundamental ao tentar impor uma construção histórica como é o Estado-nação, concebido em território específico e distinto, a um mundo dependente, como se a realização deste fosse uma etapa a ser cumprida universalmente para se atingir o progresso e a evolução sociocultural, econômica e política.

Como consta nos depoimentos nos quais pautamos nossas conclusões, antes, no período colonial, as etnias na Guiné-Bissau conviviam sem a existência de conflitos visíveis; cada região tinha a predominância de determinada etnia e não havia problemas dessa ordem. Segundo eles, as diferenças foram se acirrando aos poucos entre os grupos étnicos, que hoje fazem uso do argumento da solidariedade racial para marcar diferenças e afirmar identidades. O processo de etnização da política, denominado de “balantização”,⁹ foi iniciado por um membro da etnia balanta, Kumba Yalá. Para se eleger presidente, fez sua campanha política, no ano de 1999, pautada na valorização de símbolos da sua etnia em detrimento das demais, como forma de obter o apoio dos balantas, majoritários na Guiné-Bissau e nas Forças Armadas. Após Yalá assumir a presidência – levando o Partido da Renovação Social (PRS), fundado por ele em 1991, ao poder até o golpe de Estado, em 14 de setembro de 2003 – este adotou a cor vermelha, símbolo dos balantas, na boina (ou quepe), a qual se tornou parte do fardamento militar; o que pode ser considerado um recurso simbólico de identificação, discriminação e dominação de uma etnia sobre as outras. Esse processo vem se desenrolando até hoje com sérias conseqüências para o jovem país.

Conforme os dados indicam, as identidades étnicas crioulas e portuguesas se configuram na Guiné-Bissau umas em oposição às outras. Ora se unem, ora se distinguem, e é possível perceber uma relação entre vários elementos construtores dessas identidades: pureza racial como reivindicação de supremacia no exercício do poder político; sentimento de pertenc-

ça ao grupo étnico pela grande importância do parentesco e do conceito de família extensa, de forma diversa da concepção ocidental; mas, também, sentimento de pertença à jovem nação, quando os indivíduos se vêem como guineenses.

É nesse sentido que um autor como Tambiah (1997) torna-se importante para as presentes reflexões, sobretudo por considerar os princípios políticos da etnicidade como produto do entrelaçamento e também da oposição de dois processos globais: o capitalismo mundial, operado pelas corporações multinacionais, e a generalização do processo de construção nacional das ex-colônias, hoje governadas por elites intelectuais locais.

A análise de Tambiah tem como centro o sul da Índia, mas não se restringe a ela; abrange inúmeros casos como o da formação de nacionalismos nos países africanos, os quais, embora com efeitos homogeneizadores, se constituem em processos globais e interativos responsáveis pela criação de divisões e antagonismos.

Os princípios de solidariedade dos grupos étnicos chocam-se frontalmente com os valores de mercado. Ocorre uma quebra das regras sociais, fazendo com que as elites no poder se digladiem com o recurso às armas da etnicidade.

De acordo com Cabral (1969), o sistema social das etnias pode ser classificado como igualitário, no caso dos balantas, e hierárquico, representado por fulas e mandingas. As etnias pepel e manjaco, apesar de terem chefes tradicionais, denominados “régulos”, não apresentam estruturas sociais de organização hierárquica comparável às etnias fula e mandinga, adeptas da religião muçulmana. Contudo, o importante é entender que, embora algumas etnias tenham chefias e um sistema social pautado em hierarquias, não se pode comparar esse tipo de poder do “régulo” com os mesmos princípios das democracias ocidentais. Nas sociedades africanas tribais não havia chefia nesse sentido, mas era a força das linhagens (do parentesco)

que regrava os grupos (Mauss, 1972; Pritchard, 1978 ; Radcliffe-Brown, 1974).

Todas as etnias da Guiné-Bissau, quer islamizadas, cristãs ou animistas, para Ca (1999), têm um traço comum, qual seja, o forte poder e autoridade do homem (pai) que concentra a função de dirigente do agregado familiar, responsável por manter os princípios tradicionais que regem a ligação de todos os membros da família, orientando-os para a vida social, política e religiosa. Assim, a democracia nessas sociedades acaba se dando com base nas solidariedades étnicas, pois é essa lógica que rege o exercício do poder e não a das instituições do Estado. Adotam o modelo ocidental, mas não o desenvolvem da mesma forma; ao mesmo tempo, o período pós-colonial não consegue resolver as fissuras provocadas pela colonização dentro dos parâmetros e hegemonias ocidentais aos quais se vê submetido tanto quanto no período colonial. Portanto a balantização e os conflitos étnicos podem ser um indicativo da não aceitação do modelo ocidental de Estado-nação, bem como dos princípios de democracia e de direitos civis, nos mesmos moldes ocidentais e em detrimento dos seus valores culturais.

5 SOBRE O LUGAR DA TEORIA

Por mais arquitetada que seja do ponto de vista teórico e metodológico, a pesquisa científica é também perpassada pelo acaso. E são as situações impensadas quando da sua formulação, aliadas é claro à agudeza de percepção e ao *quantum* de ousadia do pesquisador, que podem se constituir na falácia ou na riqueza dos seus resultados. Construída da mesma maneira que os conceitos e teorias dela decorrentes, toda pesquisa é também um convite à inovação. Perpassada pelos constrangimentos, ideologias e interesses (Rodrigues, 2004) pode, de outra forma, se resumir à mera repetição.

A não intencionalidade no recorte empírico que levou a um estudo sobre deslocamentos territoriais e ressignificações

identitárias de estudantes cabo-verdianos e guineenses em trânsito pelo Brasil (Ellery Mourão, 2006) encaminhou a discussão teórica para o campo dos estudos sobre nacionalidades. As particularidades históricas e das relações político-econômico-culturais entre Cabo Verde e Guiné-Bissau, bem como desses países com Portugal e o Brasil, configuraram uma situação extremamente rica para a discussão teórica do tema. Principalmente por colocar em relação modelos distintos, bem como embates diferenciados em torno da formação e afirmação de identidades nacionais. Mais ainda, as duas situações estudadas expressam, no plano teórico, as tensões e controvérsias que vêm marcando há décadas as discussões em torno dos conceitos de nação, Estado-nação e o lugar que nas teorias formuladas ocupam ou devem ocupar grupos étnicos e etnicidade, entendida esta última como a afirmação política da identidade étnica.

Elegemos, pautados nos dados coletados e nas reflexões realizadas por autores contemporâneos que tensionam o campo de discussão sobre identidades e nacionalidades, enfrentar a espinhosa articulação entre identidade, etnicidade e nacionalidade e, mais que isso, apontar a necessidade de se considerar o lugar de onde emanam conceitos e teorias para então situar-se; e assim fazendo, tomar uma posição, aquela que, por sua vez, aponta o lugar de onde falamos ao construir nossa reflexão teórica.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- BHABHA, Homi K. Interrogando a identidade: Frantz Fanon e a prerrogativa pós-colonial. In: *O LOCAL da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

CA, Tome. **Determinantes das diferenças de mortalidade infantil entre as etnias da Guiné-Bissau, 1990-1995**. 1999. 91 f. Dissertação (Mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 1999.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade étnica, identificação e manipulação. In: IDENTIDADE, etnia e estrutura social. São Paulo: Pioneira, 1976. cap.I, p.1-31.

_____. Um conceito antropológico da identidade. In: IDENTIDADE, etnia e estrutura social. São Paulo: Pioneira, 1976. cap.II, p.33-51.

_____. Identidade catalã e ideologia étnica. *Mana*. Rio de Janeiro: v.1, n.1, out. 1995.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Negros, estrangeiros**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. Etnicidade: da cultura residual mas irreduzível. In: AN-TROPOLOGIA do Brasil: mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense/Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

CHATTERJEE, Partha. Comunidade imaginada por quem? In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CORRÊA, Mariza. **As ilusões da liberdade**. A escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CORREA E SILVA, António Leão. **Combates pela história**. Praia: Spleen, 2004.

MATTA, Roberto da. Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira. In: MATTA, Roberto da. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981. p.58-85.

ELLERY MOURÃO, Daniele. **Identidades em trânsito: um estudo sobre o cotidiano de estudantes guineenses e cabo-verdianos em Fortaleza**. 2004. Monografia (Especialização) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004. (Mimeo).

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os nuer**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FERNANDES, Gabriel. *A diluição da África: uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós)colonial*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

_____. *Em busca da nação: notas para uma interpretação do Cabo Verde crioulo*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 39. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

GEERTZ, Clifford. O mundo em pedaços: cultura e política no fim do século. In: *NOVA luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. *Os filhos da África em Portugal: Antropologia, multiculturalidade e educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

HERNANDEZ, Leila Leite. *Os filhos da terra do sol: a formação do Estado-nação em Cabo Verde*. São Paulo: Summus, 2002.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Organização Liv Sovik. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HOBSBAWM, J. Eric. A nação como novidade: da revolução ao liberalismo. In: *NAÇÕES e nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

KOUDAWO, Fafali. *Cabo Verde, Guiné-Bissau: da democracia revolucionária à democracia liberal*. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), 2001.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniales y eurocêntricos. In: _____ (Org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

MAUSS, Marcel. *La Nación*. In: *SOCIEDAD y ciencias sociales*. Barcelona: Barral Editores, 1972.

_____. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974a. v.2, p.37-129.

_____. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa,

- a de "eu". In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974b. v.1.
- MENDONÇA, Marina de Gusmão. Os impasses no processo de construção dos modernos Estados africanos. *Revista de Economia & Relações Internacionais*, São Paulo, v.2, n.4, p.67-77, 2004.
- PONTES, Roberto. A Guiné-Bissau no contexto dos países de língua portuguesa. In: TEXTO apresentado em palestra no auditório Castello Branco da Universidade Federal do Ceará em evento em homenagem à independência de Guiné-Bissau. Fortaleza: 2003. p.5-6. (Mimeo).
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y America Latina. In: RADCLIFFE-BROWN, A.R.; FORDE, Daryll. *Sistemas políticos africanos de parentesco e casamento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974.
- RENAN, Ernest. O que é uma nação? In: ROUANET, Maria Helena (Org.). *Cadernos da pós/letras – nacionalidade em questão*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, 1997. p.12-43.
- RODRIGUES, Lea Carvalho. Crise e ruptura. In: METÁFORAS do Brasil: demissões voluntárias, crise e rupturas no Banco do Brasil. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2004. p.97-240.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SMITH, A.D. *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva, 1991.
- TAMBIAH, Stanley J. Conflito etnonacionalista e violência coletiva no sul da Ásia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.12, n.34, p.5-24, 1997.
- VALE DE ALMEIDA, Miguel. Crioulização e fantasmagoria. In: ANUÁRIO Antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004 a. p.33-49.
- _____. O projeto crioulo. Cabo Verde, colonialismo e criouli-
dade. In: OUTROS destinos: ensaios de antropologia e cidadada-

nia. Porto: Campo das Letras, 2004b. p.255-319.

_____. O Atlântico Pardo. Antropologia, pós-colonialismo e o caso "lusófono". In: TRÂNSITOS Coloniais. Diálogos críticos luso-brasileiros. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. p.27-43.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NOTAS

¹ Concordamos com Anthony Smith (1991) que nações e nacionalismo não devem ser compreendidos apenas como ideologia ou forma de política, mas como um fenômeno cultural, e que o conceito de identidade nacional então deve ser alargado para incluir valores, simbolismos e uma linguagem específica (SMITH, 1991:10). Sobre o conceito de identidade, nos valemos aqui, em especial, do conceito de identidade formulado por Manuela Carneiro da Cunha (1985:206), numa perspectiva relacional, situacional e contrastiva, como estratégia de diferenças; e, nesse sentido, é assim que a *etnicidade* é vista como cultura da diferença, também conforme proposição da autora.

² Com a queda de Salazar, em 1974, ocorre a liberação dos últimos países africanos do jugo colonial português: Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné-Bissau. Djibouti é última colônia francesa no continente africano a se tornar independente, em 1977, após os episódios sangrentos da independência da Argélia. Do processo de descolonização espanhola, ocorrida em sua maioria na década de 1960, a Espanha mantém ainda a posse sobre Ceuta e Melilla, no norte da África.

³ Em consulta www.scholar.google.com.br em 31/8/2008, entre os autores tidos como clássicos nas discussões sobre nacionalidades e nacionalismos, Eric Hobsbawn, Ernest Gellner, Ernest Renan, Anthony Smith e Benedict Anderson, somente *Imagined Communities*, de Benedict Anderson, superava em citações (7.922) a obra *Orientalism* (5.706) de Edward Said.

⁴ Vale observar que as críticas aos saberes coloniais, das quais destacamos as desenvolvidas por Edgardo Lander, Arturo Escobar e Aníbal Quijano, na mesma obra, referem-se aos países latino-americanos, mas podem ser trasladadas a outros países que passaram pela experiência de domínio colonial. Ressalte-se, ainda, que no âmago da questão está a forma como a colonialidade *do saber* se relaciona aos padrões de poder no campo político-econômico mundial.

⁵ O conceito de *ressignificação* é utilizado no sentido apontado por Sahlins (1990), de dar novos sentidos às ações, na prática cotidiana, quando diferentes esquemas culturais se entrecruzam, gerando novos códigos que são apropriados ao esquema cultural préexistente.

⁶ Há discordância quanto à afirmação de que as ilhas eram inabitadas até a chegada dos portugueses entre 1460 e 1462. Essas datas são conhecidas pelos documentos: 1) diploma de 3 de dezembro de 1460 (vinte dias após a morte do Infante D. Henrique) que apenas faz

DANIELE ELLERY MOURÃO
LEA CARVALHO RODRIGUES

referência às cinco primeiras do grupo ocidental: Sam Jacob (Santiago), Sam Filipe (Fogo), De las Mayes (Maio), Sam Christovam (Boavista) e Lana (Sal) que D.Afonso V doou a seu irmão D. Fernando.²) Carta de doação de 19 de setembro de 1462 que se refere às cinco acima mencionadas, às cinco restantes e a dois ilhéus: ilha Brava, ilha de Sam Nicolau, ilha de Sam Vicente, ilha Rasa (ilhéu Raso), ilha Branca (ilhéu Branco), ilha de Santa Luzia e a ilha de Sant'Antonio (Santo Antão). É dito que: “[...] somos de opinião que não se deve excluir a hipótese de Santiago ter abrigado um pequeno grupo de náufragos Jalofos ou outros habitantes (Sereres, Felupes, Lêbus, etc.) de Cabo Verde (Senegal). Esses dois últimos grupos, reza a tradição oral, vinham às ilhas atraídos pela sua riqueza em peixe e buscar sal, na ilha do Sal, que trocavam por ouro de Tombuctu.” (www.caboverde.vozdipovo-online.com, consultado em 14/9/2008).

⁷Referência aos acontecimentos decorrentes do Congresso de Berlim, ocorrido no período entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885, que resultaram na divisão do território africano entre Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Inglaterra, Itália e Portugal.

⁸Sobre o discurso racial da Escola Nina Rodrigues ver Corrêa (1998) e Schwarcz (1993).

⁹Balantização é o termo usado para se referir ao processo de diferenciação ocorrido hoje na Guiné-Bissau, iniciado pela etnia balanta, majoritária no país.